

A Formação Teológica dos Futuros Sacerdotes

INTRODUÇÃO

1. Entre os múltiplos sinais dos nossos tempos, destacam-se particularmente as mudanças profundas na cultura e na teologia. É um fermento que interessa à vida da Igreja toda, mas em primeiro lugar à formação teológica dos futuros sacerdotes. Como em todos os sectores formativos, também neste se notam novos horizontes de investigação, novos métodos, novos interesses e mudanças de tom. Nos últimos tempos acumulou-se a este respeito uma quantidade de problemas que exigem a atenção de todos os responsáveis convidando-os a um exame sério.

2. É por este motivo que a Sagrada Congregação para a Educação Católica se permite dirigir aos Rev.^{mos} Bispos e aos seus colaboradores na educação do clero, um documento sobre a formação teológica dos candidatos ao sacerdócio. Diversos motivos obrigam a tratar o assunto com a devida amplitude e profundidade: alguns intrínsecos ao processo formativo teológico (como se acenou acima), outros extrínsecos, como as mudadas circunstâncias dos tempos, as condições da vida e do ministério sacerdotal, os problemas da evangelização, as necessidades gerais da Igreja. Na situação actual, o ensino teológico reveste importância primária e muitas esperanças se põem na sua desejada renovação. Uma adequada e actualizada preparação teológica dos candidatos apresenta-se como um dos melhores meios para restituir o vigor aos seminários e oferecer fundamento sempre mais sólido à vida espiritual do clero e ao ministério pastoral.

3. Para proceder com ordem e clareza julgou-se oportuno:

I. Expor alguns *aspectos da situação actual*;

II. Lembrar algumas *exigências do ensino teológico*, derivadas da natureza e da função próprias da teologia;

III. Formular algumas *directrizes para o ensino teológico* em geral e para as várias disciplinas em particular;

IV. Estabelecer algumas *normas práticas* a observar em todos os institutos a que está confiada a formação teológica dos futuros sacerdotes.

I

ASPECTOS DA SITUAÇÃO ACTUAL

A) Novas exigências do ministério pastoral

4. 1) Um primeiro motivo pelo qual se deve dedicar cuidado especial ao aprofundamento da formação teológica deriva da mudança das condições em que os sacerdotes deverão exercer no futuro o seu ministério. Menos numerosos, devido à diminuição geral das vocações, ver-se-ão associados numa responsabilidade mais vasta, no quadro de um conjunto pastoral organizado em ministérios, alguns dos quais serão confiados aos diáconos e aos fiéis. Por força do seu carácter específico, os sacerdotes participarão mais de perto das preocupações dos seus bispos, assumindo cargos pastorais sempre mais gerais e complexos, juntamente com iniciativas muito vastas, quer na diocese quer fora dela. Tal aumento de responsabilidade requer obviamente competência teológica e segurança doutrinal não comum.

5. 2) Além disso, os sacerdotes exercitarão o seu ministério numa Igreja em movimento e num esforço de adaptação às novas necessidades que surgem dentro dela e no mundo. Em tais circunstâncias a solidez teológica é um pressuposto indispensável, seja para interpretar devidamente os sinais dos tempos, seja para enfrentar as novas situações, evitando o imobilismo e as aventuras.

6. 3) Os sacerdotes de amanhã serão também pastores de homens mais adultos, mais críticos, mais informados, imersos num mundo ideologicamente pluralista, em que o cristianismo será exposto às múltiplas interpretações e suspeitas por parte de uma cultura que se torna cada vez mais alheia à fé. Ser-lhes-á impossível prestar o seu serviço à fé e à comunidade eclesial sem uma forte formação teológica, iniciada no seminário e permanentemente continuada. Nem se esqueça que hoje aumentou a cultura teológica de muitos leigos, que frequentam escolas e faculdades de teologia; o que exige do clero um alto nível de preparação teológica.

7. 4) Enfim, é de prever que a própria fé dos sacerdotes de amanhã será exposta a perigos maiores do que nos tempos passados. Na verdade, a experiência mostra já as dificuldades encontradas por alguns sacerdotes em resistir à prova de incredulidade e de cepticismo do ambiente que os rodeia. A formação sacerdotal deve prever esta dura situação: na realidade, dificilmente se poderá permanecer firme na fé e confirmar os próprios irmãos crentes, sem uma formação teológica que esteja à altura de um tal estado de coisas.

8. 5) As considerações feitas até aqui põem em evidência que o sacerdote não se pode contentar com uma formação prevalentemente prática e culturalmente reduzida. Se bem que nem todos os sacerdotes sejam chamados a ser especialistas em teologia, existe todavia afinidade entre ministério pastoral e competência teológica. Dos sacerdotes espera-se que exerçam um verdadeiro ministério teológico na comunidade cristã, sem que, por isso, sejam teólogos

de profissão. Bispos e sacerdotes são, como pastores, responsáveis da pregação oficial da Igreja.

B) Novas atribuições da teologia

9. A formação teológica de que se procurou acentuar a importância, deve assim fazer face a situações e a problemas novos. Numerosas experiências e necessidades de ordem vária levam a pôr em realce algumas componentes da investigação e do ensino teológico, que parecem de uma certa urgência, em vista das múltiplas atribuições actuais.

10. 1) No passado, a teologia desenvolvia o seu discurso num mundo cultural bastante homogéneo, pois a fé da Igreja inspirava as culturas e os costumes. Este ambiente está profundamente mudado. Secularizado e frequentemente indiferente quanto ao problema religioso, o mundo actual não está já em sintonia com a fé e com a pregação da Igreja. Torna-se pois necessário trabalhar por que o Evangelho possa ser compreendido pelos nossos contemporâneos. Trata-se de encontrar uma linguagem adaptada para eles. Este trabalho é porém demasiadamente grave e delicado para ser deixado às improvisações e às iniciativas individuais. Deve ser feito pela teologia que é chamada a dar-lhe o seu contributo de solidez científica e de clareza doutrinal.

11. 2) Pesa também hoje consideravelmente sobre a actividade teológica o diálogo ecuménico o qual, impelindo os teólogos a novas investigações no ambiente da história e das fontes, exige um novo clima na teologia e em toda a Igreja. Impõe-se, antes de mais, o trabalho de descobrir a dimensão ecuménica da teologia e de formular as verdades da fé, «com mais profundidade e exactidão e com aquele modo de exposição e de expressão, que possa ser compreendido também pelos irmãos separados»¹.

12. 3) A interpelar hoje rigorosamente a teologia é também a vida da Igreja. Ela, na verdade, suscita questões inéditas, em nome de uma nova praxe que necessita de ser analisada e, se possível, integrada na fé. Vê-se aqui a importância da acção pastoral, que provoca a reflexão teológica e estimula o ensino teológico a fazer-se mais vivo e actual, sem perder a sua autenticidade. Esta função da teologia é necessária para o serviço do povo de Deus.

13. 4) Também graves problemas do mundo moderno interpelam em medida crescente a teologia. A Constituição *Gaudium et spes* demonstrou o interesse da Igreja por toda a família humana. Nos últimos anos a teologia tornou-se mais sensível aos problemas económicos, sociais, políticos da humanidade, vistos à luz do Evangelho. Um maior e mais consciente conhecimento das implicações e consequências sociais do dogma suscitou um grande fermento não apenas no plano da acção mas ainda no da reflexão propriamente teológica. Isso não pode ser descuidado na formação do clero.

¹ Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 11.

14. 5) Para cumprir a sua missão ao serviço da Igreja de hoje, a teologia deve realizar o encontro com as ciências humanas. Não há dúvida de que estas não são já ignoradas pela teologia; alguns dos seus contributos foram até em certo sentido, «canonizados» de maneira tal a ficarem ligados às formulações históricas da fé.

Mas a teologia, embora convencida de que poderá tirar vantagens cada vez maiores do enorme desenvolvimento que se verifica nestas ciências, não encobre certo mal-estar que, presentemente, tal encontro origina: o difundir-se das ciências humanas na mentalidade e na cultura contemporânea torna manifestas, em alguns sectores, as insuficiências de uma certa linguagem teológica; além disso, o grande prestígio que gozam, influi sobre alguns ambientes teológicos em maneira tal que a ciência sagrada fica diminuída, perdendo o que lhe é específico. Julgando fazer teologia, passa a fazer-se historicismo, sociologismo, etc. É bom ter presentes estas dificuldades. Torna-se portanto urgente a necessidade de delinear cuidadosamente o terreno epistemológico da teologia nas suas relações com as outras ciências.

15. 6) Um outro fenómeno, que caracteriza a situação actual, é a perda daquela unidade que se tinha no ensino teológico clássico. As disciplinas teológicas abriram-se a novos problemas, a novas filosofias, a novos contributos da ciência. Por consequência, as questões relativas à religião tornam-se cada vez mais complexas, sujeitas a diversas interpretações. Abriu-se assim o caminho a um certo pluralismo. Traçar os limites legítimos e necessários a tal pluralismo é uma das incumbências da teologia contemporânea. Isto faz com que a renovação do seu ensino se torne ainda mais urgente.

16. 7) Finalmente no ensino actual da teologia faz-se sentir sempre mais a dificuldade de conciliar a brevidade de tempo disponível com o enorme desenvolvimento que se deu nas várias disciplinas teológicas. É evidente que em tal situação não é possível um ensino enciclopédico que dê resposta cabal a todas as questões teológicas hoje em discussão. Impõe-se por isso uma organização de todo o ensino, para que esteja à altura de dar ao seminarista uma visão coerente e global do mistério cristão.

II

EXIGÊNCIAS DO ENSINO TEOLÓGICO

A) Exigências fundamentais

17. A situação complexa, que acabamos de descrever, não pode deixar indiferente o ensino teológico. Ele tem algumas exigências fundamentais, que derivam da própria natureza da teologia e da sua função.

1) Natureza da teologia

18. 1) Em primeiro lugar, é necessário chamar a atenção para a natureza da teologia. Mesmo renovando-se e adaptando-se às exigências dos tempos, a

teologia permanece na continuidade da tradição, fiel a si mesma como *ciência da Revelação cristã*. A *fides quaerens intellectum*, isto é, a fé que impele a procurar e a desenvolver a própria inteligibilidade, consegue, por meio da teologia, a sua finalidade em maneira mais alta e sistemática. O objecto de que a teologia se ocupa, não são as verdades adquiridas mediante a razão, mas as verdades reveladas por Deus e conhecidas mediante a fé. Para a teologia o âmbito da fé é sempre inultrapassável. Para ela o seu mesmo progresso não pode confundir-se com as outras ciências, fora da perspectiva da fé.

19. 2) No âmbito da fé a teologia responde quer às instâncias do dinamismo interno da fé—*cum assensu cogitare*—, quer às interpelações da cultura, para integrar a fé no contexto psicológico e social contemporâneo, no meio das interrogações e das preocupações fundamentais do homem moderno.

20 3) Como ciência que nasce da fé e que se desenvolve no âmbito da fé e ao serviço da fé, a teologia assume o discurso da razão e os dados das culturas para abraçar melhor o próprio objecto. Ela goza assim de um estatuto particular na articulação das várias ciências, mesmo religiosas, com as quais não pode ser constringida nos seus métodos.

a) Em particular ela não pode ser confundida e reduzida à história das religiões ou dos dogmas, à psicologia religiosa, à sociologia da Igreja mas conserva a sua natureza e a sua função específica também no quadro epistemológico das disciplinas que se ocupam da religião.

b) Nas condições sócio-culturais, determinadas pelo desenvolvimento das ciências humanas e naturais, a teologia assume os resultados seguros destas ciências, e tem em conta a mentalidade e o espírito que elas geram nos homens, como as interpretações que o homem dá de si mesmo a cada geração. Por isto ela pode e deve desenvolver uma reflexão documentada, pertinente e acessível, sobretudo quanto aos pontos do dogma e da moral, que dizem respeito à origem, à constituição, ao comportamento, ao desenvolvimento, à condição e ao destino do homem, sem quebra dos dados certos e imutáveis da palavra de Deus².

21. 4) A teologia católica não pode prescindir da doutrina e da experiência vivida no âmbito da Igreja³, na qual o Magistério guarda e interpreta autenticamente o «depósito da fé» contido na Sagrada Escritura e na Tradição. Por isso o teólogo católico, no campo da exegese como também noutros campos do seu trabalho científico, não pode incondicionalmente seguir métodos ou aceitar os resultados das teologias opostas ou estranhas à Igreja. O conformismo acrítico a tais teologias além de não corresponder ao que é específico da teologia católica, nem sequer interessa a um ecumenismo verdadeiro⁴.

² Cfr. PAULO VI, homília *Hodie Concilium*, na última Sessão do Conc. Vat. II, de Dezembro de 1965: AAS 58 (1966), pp. 55 ss.; Alloc. *L'homme existe-t-il?*, no Congresso Tomístico Internacional, 12 de Setembro de 1970: AAS 62 (1970) pp. 602 ss.

³ PAULO VI. Exort. Apost. *Quinque iam anni*, cinco anos depois do Conc. Vat. II, a todo o episcopado, 8 de Dezembro de 1970: AAS 63 (1971), pp. 102-103.

⁴ Cfr. Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 11.

22. 5) A teologia, tendo por objecto verdades que são princípios de vida e de compromisso pessoal⁵, seja para cada um dos crentes seja para a comunidade de que faz parte tem uma dimensão espiritual pelo que o teólogo, na investigação e no estudo, não procede na linha de um puro intelectualismo, mas obedece às exigências da fé, realizando cada vez mais a sua união existencial com Deus e a sua inserção vital na Igreja.

Em virtude da sua própria natureza, a teologia tem carácter vital e, por isso, também sob este aspecto, coloca-se na sua própria posição, única no quadro epistemológico das ciências.

2) Função da teologia

23. Como «ciência da Revelação cristã», a teologia tem uma função específica na ampla esfera das actividades e dos ministérios que se desenvolvem na Igreja, comunidade de fé e de caridade, à qual Deus confiou a Revelação e a obra da salvação realizada por Cristo.

24. 1) A teologia indaga e aprofunda o dado revelado, circunscreve-lhe os limites e coopera no seu desenvolvimento homogéneo conforme as exigências da fé⁶ e as indicações dos «sinais dos tempos» nos quais ela lê os sinais próprios de Deus⁷. Esta sua função essencial não pode ser posta de lado ou deixada para trás em qualquer situação contingente, e muito menos no momento actual.

25. 2) No desempenho desta função, a teologia tem uma incidência de relevo na vida espiritual, visto que esclarece e aprofunda o sentido das leis da salvação e da vida do progresso espiritual, que a Revelação oferece à vida cristã. Em primeiro lugar, isto vale para formar o futuro sacerdote numa iluminada e sólida piedade, fundada sobre a compreensão do seu ministério e sobre o justo preço da sua oblação que a Igreja lhe pede⁸.

26. 3) Resulta também daqui a função da teologia em ordem ao apostolado cristão e especialmente ao ministério pastoral, cuja inserção na economia da salvação ela faz descobrir e ajuda o seu cumprimento com os recursos

⁵ «A Deus que revela é devida a obediência da fé» (Rom. 16, 26; cfr. Rom. 1, 5; 2 Cor. 10, 5-6), com a qual o homem, com toda a liberdade, se entrega inteiramente a Deus, prestando-lhe «a plena sujeição da inteligência e da vontade» Const. *Dei verbum*, n. 5.

⁶ Cfr. Const. *Dei verbum*, n. 8.

⁷ Cfr. Const. *Gaudium et spes*, n. 4.

⁸ Este aspecto da teologia deve ser posto em realce de modo particular no Curso introdutório no qual «o mistério da salvação seja proposto de modo que os alunos possam perceber o significado dos estudos eclesiásticos, a sua estrutura e o seu fim pastoral, e ao mesmo tempo possam ser ajudados a fazer da fé o fundamento e a alma de toda a sua vida, e sejam consolidados no abraçar a sua vocação com doação pessoal plena e ânimo alegre», Decr. *Optatam totius*, n. 14.

doutrinais e as indicações práticas que oferece. Daqui se deduz a necessidade de uma excelente formação teológica dos futuros pastores de almas⁹.

27. 4) Em ordem à edificação do «Corpo de Cristo, que é a Igreja» (Col. 1, 24), a teologia é chamada a realizar uma obra construtiva, quer com a elaboração dos dados de fé e de moral, tomados da Revelação, ao serviço do Magistério para serem aplicados às questões do tempo presente; quer tratando cientificamente os problemas que tocam o pensamento e a vida da Igreja; quer pelo empenho de individualizar, iluminar e resolver positivamente os pontos críticos que as situações apresentam a nível doutrinal e prático¹⁰.

Em particular a teologia é chamada a interpretar, favorecer e servir o ardor operativo nascente da nova consciência missionária da Igreja. Isto dá-se especialmente nas relações contra as religiões e as culturas não cristãs, com as quais é necessário estabelecer um encontro e conduzir um diálogo, que, aproximando os espíritos, torne possíveis novas formas de evangelização¹¹.

Dentro do mundo cristão a teologia deve ter em conta as novas exigências ecuménicas; seja no estudo das fontes comuns; seja no aprofundamento das teses das várias Igrejas e comunhões cristãs sobre os pontos controversos; seja no desenvolvimento da dimensão ecuménica da eclesiologia e dos outros tratados que mais tocam o problema da união dos cristãos¹².

28. 5) Perante os problemas terrenos do homem e do mundo, a teologia é chamada a receber as aspirações humanas e evangélicas que muitas vezes eles têm dentro de si, e a operar de maneira que aprofunde os pontos de contacto com a mensagem evangélica, sem esconder as divergências. Ela deve procurar que as soluções, que hoje se tenta dar aos problemas, possam beneficiar da força superior iluminante e construtiva do cristianismo¹³.

Entram neste caso problemas como a nova solidariedade entre as classes sociais e entre os povos, a libertação da exploração e da alienação do homem, a participação na vida do Estado e da sociedade internacional, a vitória sobre a fome, a doença, o analfabetismo, a eliminação da guerra como meio de resolver as questões entre os povos a criação de equilíbrios sempre mais adequados para a construção da paz¹⁴.

Neste sentido a teologia desempenha uma função «política» original e insubstituível porque ilumina os problemas e dirige a acção nos vários campos da vida do homem segundo as indicações e os preceitos da palavra de Deus.

⁹ Cfr. Decr. *Optatum totius*, n. 28; Decr. *Presbyterorum Ordinis*, n. 19; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 82-85.

¹⁰ Cfr. Const. *Gaudium et spes*, nn. 46 ss.

¹¹ Cfr. Declar. *Nostra aetate passim*; Decr. *Ad Gentes*, nn. 11; 22.

¹² Cfr. Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 11; cfr. também SECRETARIADO PARA A UNIAO DOS CRISTAOS. *Directório Ecuménico*, Parte II: De re oecumenica in institutione superiore: AAS 62 (1970), pp. 705 ss.

¹³ Const. *Gaudium et spes*, nn. 46 ss.

¹⁴ Cfr. Const. *Gaudium et spes*, nn. 63 ss.; JOÃO XXIII: Carta Enc. *Mater et Magistra*; *Pacem in terris*; PAULO VI: Carta Enc. *Populorum Progressio*; Carta Apost. *Octogesima adveniens*.

B) As componentes da teologia

29. Por força da sua natureza e da sua função, a teologia é uma ciência unitária, que se nutre nas fontes da Revelação e enuclea os dados, que aí encontra, *ad lumen fidei*, quer no processo de investigação quer na elaboração especulativa. Ela é portanto «positiva» e «sistemática» juntamente.

Na verdade, a base da teologia é o estudo das fontes da Revelação, dirigido a estabelecer o que Deus revelou. Este estudo no *auditus fidei*, no seu nível científico, dá lugar à *teologia positiva*.

Os resultados da teologia positiva são o objecto de uma ulterior elaboração científica por parte da *teologia sistemática*, que, conforme as exigências do *intellectus fidei*, procura penetrar o sentido e descobrir as conexões das verdades reveladas, de forma a coordená-las de modo orgânico e unitário¹⁵.

Estas duas componentes da teologia — a investigação histórica e a reflexão racional — nunca podem ser totalmente separadas, porque entre elas há contínuas e mútuas interferências, e as suas funções são complementares. É portanto necessário que se mantenham em constante equilíbrio, sem que uma procure sobrepor-se à outra.

1) Dimensão histórica da teologia

Relativamente à investigação histórica, que é predominante na componente positiva do trabalho teológico, a indicação a seguir é tríplice:

30. 1) Deve ser feita com métodos próprios. Isso comporta uma legítima liberdade de investigação, conduzida sobre uma séria base de documentos, que, porém, não converta a teologia em filosofia ou crítica histórica. Ficar exclusivamente a tal nível implicaria para a teologia positiva o risco de se tornar estéril e de trair a sua missão.

31. Realmente a teologia positiva deve reconhecer, como primeiro presuposto, o carácter sobrenatural do seu objecto e a origem divina da Igreja. A sua elaboração não pode ser guiada só pela mente humana, mas deve, além disso, ser orientada pela luz da fé e do Magistério da Igreja. Os seus fundamentos estão na teologia da Revelação, da inspiração, da Igreja. E esta tem a missão de guardar fielmente e interpretar autenticamente a palavra de Deus¹⁶.

32. 2) Visto que há uma dimensão histórica da Revelação, da sua transmissão, e do próprio Magistério encarregado de guardá-la e de interpretá-la, a teologia positiva deve recorrer, não somente aos seus métodos tradicionais de investigação (filosofia, história, crítica histórica), mas também à reflexão filosófica ou filosófico-teológica. Esta reflexão tem como objecto a natureza do testemunho, as relações que existem entre os factos e o seu significado, o carácter destas relações, a relação entre testemunhas oculares e comunidade

¹⁵ Cfr. CONC. VAT. I: Sess. III, Const. *De fide cath.*, cap. 4: DENZ.-SCH. n. 3016.

¹⁶ Cfr. Const. *Dei verbum*, n. 10.

crente e ainda o carácter específico do tempo da história da salvação e o carácter histórico das narrações e dos factos¹⁷.

33. 3) A necessidade de recorrer nesta parte positiva do trabalho teológico à reflexão filosófica provém também do desenvolvimento da *hermenêutica* moderna, devido à particular sensibilidade que a cultura moderna tem pela realidade histórica. Ela, na verdade chama a atenção dos teólogos para o condicionamento histórico do pensamento nas suas várias expressões, e com isto para a diferença que se verifica entre o modo de pensar e de se exprimir do homem moderno e o que se encontra na Bíblia e nas formulações tradicionais da fé. A teologia deve, portanto, tomar para si a tarefa de expor e de interpretar o conteúdo da fé, a fim de o exprimir em conceitos compreensíveis aos homens de hoje, desligando-os dos meios expressivos do passado, que talvez já não são acessíveis no presente.

Note-se a este propósito que «uma coisa é a substância da antiga doutrina do *depositum fidei* e outra é a formulação do seu revestimento»¹⁸. Enquanto que só esta última pode sofrer condicionamentos históricos, transformações e adaptações, a primeira permanece imutável e firme. É pois de suma importância que o teólogo, no seu trabalho, saiba evitar os escolhos do puro positivismo e do historicismo¹⁹ o qual gosta de explicar todos os fenómenos do pensamento e da moral unicamente com causas e condições históricas, e isto até ao ponto de reduzir toda a verdade de valor permanente e objectivo à relatividade das contingências históricas. O teólogo, para desempenhar com sucesso as suas graves obrigações, deve deixar-se guiar, não só pelo Magistério²⁰ e pelas normas exegéticas²¹, mas também pelos seus princípios filosóficos acerca do valor objectivo do conhecimento humano²².

2) Dimensão sistemática

34. A situação presente, caracterizada por um certo desamor à filosofia, exige, antes de tudo, que sejam postas no devido realce a necessidade e a natureza da reflexão teológica querida pelo Concílio, o qual, «para esclarecer o mais integralmente possível os mistérios da salvação», prescreve que «os

¹⁷ Cfr. PONT. COMISSÃO BÍBLICA. Instrução *Sancta Mater* sobre a verdade histórica dos Evangelhos, 21 de Abril de 1964: AAS 56 (1967). pp. 722 ss.

¹⁸ JOÃO XXIII, Alloc. *Gaudet Mater Ecclesia*, por ocasião da abertura do Conc. Vat. II, 11 de Outubro de 1962.

¹⁹ Cfr. PAULO VI. Exort. Apost. *Petrum et Paulum* 22 de Fevereiro de 1967: AAS 59 (1967), p. 198.

²⁰ Cfr. Const. *Dei verbum* n. 10.

²¹ Cfr. Const. *Dei verbum*, n. 12.

²² S. C. PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circ. sobre o ensino da filosofia nos seminários 20 de Janeiro de 1972, parte II, n. 3b: «Dado que os métodos próprios das ciências positivas (exegese, história, etc.) partem muitas vezes de vários preliminares que comportam opções filosóficas implícitas, uma filosofia sã poderá contribuir consideravelmente também para o esclarecimento e apreciação crítica de tais opções (hoje particularmente necessária, por exemplo para o método exegético de Bultmann) sem contudo se arrogar uma função crítica absoluta relativamente aos dados revelados».

²³ Decr. *Optatum totius*, n. 16.

alunos aprendam a aprofundá-los e a ver-lhes os nexos por meio de especulação tendo S. Tomás por mestre»²³.

35. 1) A reflexão teológica sistemática (*intellectus fidei*) e a continuação natural e necessária do procedimento positivo, constituem em certo modo, o seu cume e a sua conclusão. É verdade que uma certa reflexão se encontra já em qualquer fase do procedimento teológico, mesmo na fase positiva; mas esta, quer na exegese, com a finalidade de determinar o sentido de cada um dos dados e conceitos espalhados na S. Escritura, quer na *teologia bíblica*, relativamente aos temas fundamentais, não é suficiente para garantir uma compreensão mais adequada e propriamente teológica dos dados e para lhes dar um ordenamento orgânico e completo.

36. 2) Somente uma reflexão metódica cuidada e elevada a nível científico com o auxílio da filosofia, está em condições de melhor penetrar a verdade revelada, dispor os vários dados desta e formular a este propósito um juízo maduro²⁴. Um tal recurso à reflexão especulativa não é apenas uma característica da Escolástica medieval. Corresponde a uma necessidade da teologia e a uma exigência da inteligência, que tende a compreender sempre mais e melhor.

37. 3) Naturalmente a reflexão teológica sistemática não tem como finalidade «a aspeculação pela especulação», sem ligação vital com as fontes da Revelação, mas tende a uma compreensão mais orgânica da palavra de Deus, a qual por isso continua presente na especulação como um seu momento interno.

A função que compete à filosofia, nesta fase de procedimento teológico, não é de domínio mas sim de instrumento. Nem se trata de uma actividade puramente racional, mas de um procedimento que, sendo embora puramente lógico segundo os princípios filosóficos, é conduzido *ad lumen fidei*. Na verdade, é a referência constante à fé que torna possível descobrir, nos dados revelados, os nexos vitais, a ordem e o significado mais profundo.

38. 4) Uma vez que a Revelação, objecto da reflexão teológica não é apenas um conjunto de verdades dirigido à inteligência mas sim e principalmente uma comunicação que Deus faz de Si mesmo ao homem²⁵, toda a reflexão teológica autêntica comporta uma atitude de simpatia e de vínculo pessoal com o objecto do seu estudo; uma afinidade do espírito com as verdades reveladas. Segue-se daqui que a reflexão filosófica, se for bem conduzida, não prejudica a dimensão espiritual da teologia, mas antes a supõe e a exige.

39. 5) O procedimento racional, aplicado aos dados da Revelação, é irrenunciável; com ele estão conexas também as questões fundamentais do próprio sentido da fé e do diálogo com as ciências e as culturas do homem. A reflexão

²⁴ Cfr. LEAO XIII, Carta Enc. *Aeterni Patris*. 4 de Agosto de 1879: DENZ.-SCH., n. 3137.

²⁵ Cfr. Const. *Dei verbum*, nn. 2-6.

racional dá lugar a uma «teologia da palavra», que não pode ser substituída por uma «teologia da praxe», a qual prescinde de qualquer ligação metafísica e dissolve a teologia nas «ciências do homem», fazendo dela conseqüentemente um puro fenomenologismo e pragmatismo.

40. 6) Ainda que seja muito difusa a tendência para depreciar o contributo que a reflexão filosófica deu à teologia, mesmo que exista aversão por todo o pensamento sistemático abstracto, é contudo necessário insistir no valor da especulação na teologia dogmática e moral, para lhes garantir solidez e coesão. A especulação, quando é bem compreendida, não só não torna o estudo árido e separado da vida, mas, pelo contrário, dá-lhe uma grande seriedade de dedicação verdadeiramente vital e pessoal.

41. 7) Por conseguinte, também hoje é desejável que se constitua e desenvolva uma teologia sistemática e orgânica, que compreenda o estudo do dado da fé, tal como provém da investigação histórica e como é proposto pela Igreja: a reflexão racional sobre ele à luz da fé; a interpretação dos resultados obtidos numa síntese sempre apoiada nos seus elementos fundamentais; a aplicação e a resposta às instâncias do pensamento e da vida — individuais e colectivas do tempo presente.

42. Como se vê, a teologia católica, como ciência, distingue-se pela sua constante referência à fé. O rigor científico do procedimento, quer positivo quer sistemático, não exclui mas exige a presença contínua do *sensus fidei*, que guia e orienta por dentro o trabalho teológico no campo exegético, patristico, litúrgico, canónico, histórico, sistemático e pastoral. Pela sua identidade e especificação, a teologia adquire plenitude de significado e segurança precisamente por ser guiada espiritualmente pela fé e fortalecida pelo Magistério.

C) Algumas condições do trabalho teológico

43. A situação actual da teologia e do ensino teológico é caracterizada, de um lado, por uma aplicação intensa ao desenvolvimento dos temas bíblicos, e, por outra parte, por uma atenção nova às correntes filosóficas, sociológicas, psicológicas modernas, das quais se presume poder assumir, não apenas resultados de investigações, análises, experiências mas também categorias e critérios de pensamento. Esta abertura às ciências do homem e da natureza, aos problemas do tempo presente, leva alguns a um certo afastamento do Magistério da Igreja e da tradição teológica e filosófica cristãs, com perigo de constituírem uma teologia sem bases e fora do âmbito e das perspectivas da fé.

Convém por isso precisar alguns pontos a respeito das condições de um trabalho teológico em relação com o Magistério da Igreja, com o património teológico e filosófico que nos vem dos séculos passados com a filosofia, com as ciências e finalmente com os problemas e os valores terrenos que hoje são objecto de maior interesse.

Trata-se ainda de um esclarecimento sobre o status epistemológico da teologia como «ciência da Revelação cristã», em sua relação com os princípios que permanecem e as condições históricas que mudam.

1) A teologia e o Magistério

44. 1) A fé que a teologia procura compreender e aprofundar é a fé da Igreja; a fé professada pelo corpo da Igreja (*sensus fidelium*), guardada e interpretada autenticamente pelo magistério ordinário e extraordinário, confiado por Jesus Cristo aos Apóstolos e aos seus sucessores. Portanto, a Revelação e o Magistério formam uma união natural e inseparável. No Concílio Vaticano II lê-se: «é claro... que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, por sapientíssima disposição de Deus, estão entre si de tal maneira conexos e unidos que não podem subsistir independentes»²⁶. É por isso que na teologia católica o carácter eclesial da fé deve ser concretizado necessariamente numa referência contínua ao Magistério.

45. 2) O Magistério é considerado como autoridade e, ao mesmo tempo, como serviço, enquanto «não está acima da palavra de Deus, mas ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido, no sentido de que, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, ouve piamente, guarda santamente e expõe fielmente essa palavra; e deste único depósito da fé tira tudo o que propõe como verdade revelada por Deus que se há-de acreditar»²⁷.

Por esta razão o Magistério não deve ser desligado da Igreja e considerado como qualquer coisa que do alto pese sobre ela; deve, pelo contrário, ser considerado uma atribuição, uma função, um ministério acompanhado de carismas, na comunidade e para a comunidade.

Ele não é, pois, um elemento externo e heterogéneo do trabalho teológico, mas sim um momento interno e inteiramente natural, que não é impedimento, mas auxílio indispensável; é um meio, uma *conditio sine qua non* da teologia católica.

46. 3) O Magistério pode e deve ser considerado e apresentado:

a) como portador, intérprete e fiador da *regula fidei* para a unidade da comunidade dos crentes;

b) como ministério que realiza sínteses dos valores seguros e comuns, emergentes das várias opiniões e experiências;

c) como poder de julgamento sobre a conformidade entre os resultados de investigações reflexões dos teólogos, experiências espirituais de pessoas e de grupos, e a Revelação transmitida na tradição, que o mesmo Magistério guarda, interpreta autenticamente e propõe aos fiéis.

47. 4) A Igreja tem o direito e o dever de exigir dos teólogos a fidelidade ao Magistério que, longe de prejudicar a liberdade da legítima investigação, lhe dá garantia positiva de autêntica edificação do Corpo de Cristo, que é a Igreja. Na verdade, o *munus docendi* é próprio dos Bispos unidos colegialmente ao

²⁶ Const. *Del verbum*, n. 10.

²⁷ Const. *Del verbum*, n. 10.

Sumo Pontífice, na linha da sucessão apostólica²⁸, aos quais, na teologia como em todas as formas de catequese e de pregação, não pode substituir-se o pensamento individual. Esta conserva a sua função, mas apenas para investigar, ilustrar, desenvolver o dado objectivo, que vem de Deus e é guardado e proclamado pela Igreja.

Os teólogos, na Igreja, têm a missão da investigação e da reflexão crítica, e podem receber do Magistério uma participação no *munus docendi* (*missio canonica*) que lhe é próprio; o Magistério, porém, conserva o poder de julgar sobre a relação das elaborações teológicas com a palavra de Deus. Em particular, a função própria dos professores de teologia nos seminários, que é de preparar idóneos e bons ministros de Deus— futuros mestres da fé—na Igreja²⁹, comporta a máxima fidelidade ao Magistério ordinário e extraordinário.

2) A teologia e o património teológico e filosófico cristão

48. 1) No mesmo contexto do Magistério da Igreja, recorda-se a fidelidade ao «património perenemente válido»³⁰ do pensamento cristão e especialmente ao ensino de S. Tomás, de que fala o Concílio³¹. E isto não só para o uso da filosofia na teologia, mas também para a própria apreciação do dinamismo intrínseco desta, enquanto aquele património doutrinal é expressão da continuidade de vida de fé da Igreja em momentos particularmente intensos. Na verdade, bem para além do âmbito da autoridade reconhecida a um ou a outro dos grandes Padres e Doutores da Igreja, a obra deles pertence à tradição viva da Igreja, à qual, por disposição providencial, eles deram contributos de valor duradouro em épocas mais favoráveis em síntese de razão e fé.

49. 2) É sob o impulso e na linha daquela tradição e à luz do ensino do Doutor Comum que a teologia pode e deve progredir, e o ensino teológico pode e deve ser ministrado. Uma tal inserção no dinamismo da tradição preserva de um individualismo exagerado, garantindo aquela objectividade de pensamento, da qual a Igreja se preocupa de modo particular.

3) Relação entre teologia e filosofia

50. 1) Quanto ao complexo problema da relação intrínseca, e não apenas extrínseca, entre a filosofia e a teologia, convém pôr duas premissas:

a) Existe uma independência radical da teologia de qualquer sistema filosófico. A teologia refere-se essencialmente à realidade da fé; qualquer outra referência é instrumental. Nesta perspectiva a teologia fica livre para aceitar ou para recusar as várias propostas filosóficas, em função da própria investigação e reflexão; ou melhor, ela pretende acolher de preferência os dados do

²⁸ Const. *Lumen Gentium*, n. 25; PAULO VI, Alloc. *Libentissimo sane*, aos participantes do Congresso internacional sobre a teologia do Conc. Vat. II. 1 de Setembro de 1966: AAS 58 (1966), pp. 890 ss.

²⁹ Cfr. Decr. *Presbyterorum Ordinis*, n. 4.

³⁰ Cfr. Decr. *Optatam totius*, n. 15.

³¹ Cfr. Decr. *Optatam totius*, n. 16; Decl. *Gravissimum educationis*, n. 10.

senso comum — que mais lhe servem para o seu desenvolvimento racional — provenientes das filosofias que melhor os elaboraram, sem contudo se confundir com elas.

b) Para a teologia é necessário aceitar a instância crítica que todas as filosofias, para além dos seus conteúdos particulares, apresentam não só à teologia mas também à fé. A teologia não pode evitar um tal confronto se não quer ficar injustificada e incompreendida diante das várias filosofias. Ela não deve, pois, ter o preconceito de se fechar às propostas que elas lhe fazem.

51. 2) Nesta perspectiva, compreende-se a validade da atitude da Igreja neste campo, que é dupla:

a) abertura a qualquer filosofia, antiga ou nova, quanto ao contributo de valores reais e universais, que possam ser integrados na síntese cristã;

b) preferência por aquela filosofia cujas afirmações fundamentais se harmonizam com os dados da Revelação, porque não é possível uma contração entre as verdades naturais da filosofia e as sobrenaturais da fé.

52. 3) É sem dúvida claro que não se pode aceitar uma filosofia que apresente uma concepção da realidade em contraste com a Revelação. Em certas circunstâncias é aceitável um pluralismo filosófico³², devido à diversidade das regiões, das culturas, das mentalidades, podendo-se atingir por caminhos diversos as mesmas verdades, que depois podem ser apresentadas e expostas em modo diverso. Não é possível, todavia, admitir um pluralismo filosófico que comprometa aquele núcleo fundamental de afirmações que estão conexas com a Revelação, como acontece com certas filosofias caracterizadas por relativismo historicista e por imanentismo tanto materialístico como idealístico. Por causa deste seu defeito radical, se explica porque hoje não é muito fácil realizar com elas uma síntese filosófica como a que foi feita por S. Tomás de Aquino com o pensamento filosófico dos pensadores antigos.

53. 4) Por este motivo se justifica a referência a S. Tomás no Decreto conciliar *Optatam totius* (n. 16), quando se faia da teologia especulativa, porque na filosofia dele são límpida e organicamente enunciados e harmonizados com a Revelação os primeiros princípios das verdades naturais, não em forma estática, mas com aquele dinamismo inovador próprio de S. Tomás, que torna possível uma contínua e renovada síntese das conclusões válidas do pensamento tradicional com as novas conquistas do pensamento moderno³³.

³² Cfr. S. C. PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Carta Circ. sobre o ensino da filosofia nos seminários. 20 de Janeiro de 1972 parte III, n. 2.

³³ PAULO VI, Carta *Lumen Ecclesiae*, por ocasião do VII século da morte de São Tomás de Aquino, 20 de Novembro de 1974, n. 17: AAS 66 (1974), pp. 690-691. — Cfr. também Alloc. *Nous sommes* ao VI Congresso Tomístico Internaonal, 10 de Setembro de 1965: AAS 57 (1965), pp. 790 ss.

4) Contributo das ciências do homem e da natureza

54. 1) Depois da filosofia, a teologia reconhece como suas preciosas auxiliares as ciências naturais, históricas, antropológicas. Realmente, a relação «homem-Deus» está no centro da economia da salvação, na qual a Revelação, e por isso a teologia, são *propter homines*. Ora, as mencionadas ciências, cada uma a seu modo, oferecem à teologia um válido auxílio para conhecer melhor o homem, um dos termos daquela relação; ao mesmo tempo estimulam-na a determinar melhor o sentido das verdades reveladas que se referem ao homem.

Além disso o contacto com as ciências enriquece tematicamente a teologia e impede-a de se isolar culturalmente num mundo, como o nosso, em que tais ciências florescem amplamente e suscitam interesse universal.

55. 2) É porém necessário conservar bem distintos os dois campos e agir neles respeitando-lhes a autonomia: sem dúvida as ciências e a teologia têm objectos diversos. Por isso, assim como as ciências não devem ser subordinadas a *a priori* teológicos, também a teologia não pode resolver os seus problemas em base a resultados ou a hipóteses das ciências. A teologia estuda o que está para lá do campo de acção e de investigação das ciências: o mistério revelado da Palavra de Deus. Mas se o problema teológico implica dados que são objecto de estudo de uma ciência (por exemplo, o das origens do homem e do mundo; as questões de ordem moral e pastoral), a teologia não pode deixar de ter em conta o que de seguro dizem as ciências a esse propósito.

56. 3) A teologia, mesmo sem interferir no campo das ciências, pode dar-lhes notáveis vantagens, seja pelo sentido mais completo que ela dá ao homem e ao mundo, seja pela hierarquia dos valores, para a qual ela continuamente chama a atenção dos cultores das ciências, como a orientação geral do seu pensamento e da sua vida, à luz da verdade divina. Trata-se, no fundo, do contributo de «sapiência», de que — como diz o Concílio Vaticano II — «a nossa época, mais ainda do que os séculos passados, tem necessidade (...) para que todas as suas descobertas se tornem mais humanas»³⁴.

57. 4) O contributo das ciências para a teologia passa geralmente (mas não necessariamente) através da mediação da filosofia, a qual hoje, entre as outras suas funções, tem também a de examinar a imensa e complexa problemática posta pelas ciências e pelas soluções apresentadas por elas, para daí tirar os dados de valor permanente no que respeita à razão humana e por isso à relação com a Revelação. Baseada nesta obra da filosofia, a teologia pode ponderar melhor o contributo que lhe dão as ciências.

58. 5) Sob o ponto de vista metodológico a teologia, permanecendo embora fiel às suas exigências do processo indutivo-dedutivo que lhe é próprio, não pode ter em conta o «espírito científico», difundido amplamente pelas ciências do homem e da natureza, e deixar de seguir também no seu trabalho,

³⁴ Const. *Gaudium et spes*, n. 15.

enquanto lhe é possível, aquelas leis da investigação positiva, da verificação das fontes e dos dados, que presidem às ciências³⁵. Ela, porém, mesmo dando apreço a tal método e utilizando-o, fica plenamente consciente do seu específico *status* epistemológico, e evita confundir-se com as outras ciências, mesmo que fosse apenas no plano do procedimento.

5) Aplicação da teologia às realidades terrestres e assunção dos valores humanos

59. 1) Entre as atribuições da teologia está também aquela indicada aos teólogos pelo decreto *Optatam totius* (n. 16), que os convida a empregar o método teológico, inclusive naquilo que diz respeito à aplicação das verdades eternas às mudáveis condições dos nossos tempos, de forma que os alunos «aprendam a procurar a solução dos problemas humanos à luz da Revelação, a aplicar as verdades eternas às mudáveis condições deste mundo e comunicá-las de maneira apropriada aos homens contemporâneos». Além disso o próprio Concílio, na Constituição *Gaudium et spes*, dirige não poucos convites à teologia a dedicar cada vez mais a sua atenção aos problemas da cultura e da ciência contemporânea, para renovar os temas da sua reflexão e contribuir assim «ad compositionem culturae cum christiana institutione» (n. 62).

60. 2) É como um novo capítulo de epistemologia teológico-pastoral que os teólogos devem escrever, partindo — em via metodológica — dos dados de facto e das questões do tempo presente, mais que das ideias e dos problemas dos séculos passados.

Este trabalho tornou-se difícil por causa da complexa realidade cultural e social do nosso tempo e pela mudança das disposições de espírito para com a teologia e a Igreja; trata-se, porém, de uma obrigação de evangelização a que os teólogos não podem esquivar-se.

61. 3) O esforço teológico, em tal campo, comporta concretamente a atribuição:

a) de integrar na doutrina e na moral cristã quanto de válido foi expresso pela experiência das realidades terrestres e pelo desenvolvimento dos valores humanos³⁶;

b) de iluminar as realidades terrestres e os valores humanos — sem comprometer a sua identidade — em ordem ao reino de Deus;

c) de os promover e de os inspirar, mesmo a nível da sua identidade

³⁵ Quanto ao emprego das ciências humanas, cfr. PAULO VI. Carta Apost. *Octogesima adveniens*, 24 de Maio de 1971, nn. 38-41: AAS 63 (1971), pp. 427 ss. — Cfr. PAULO VI, Exort. Apost. *Quinque iam anni*, cinco anos após a conclusão do Conc. Vat. II, 8 de Novembro de 1970: AAS 63 (1971), p. 102.

³⁶ Cfr. por exemplo PAULO VI. Carta Enc. *Ecclesiam Suam* 4 de Agosto de 1964: AAS 56 (1964), pp. 627-628.

natural, melhor posta em prática na referência aos valores e às realidades transcendentens³⁷;

d) de contribuir para os purificar do apreço excessivo e «secularizante» que lhes dá o mundo muitas vezes, conseguindo assim salvar-lhes a identidade.

Tudo isso entra no âmbito daquele «humanismo cristão» ou «plenário»³⁸, que tem o fulcro no princípio da *gratia supponens et perficiens (sanans) naturam*³⁹.

62. 4) O trabalho teológico em tal campo não significa fazer uma mudança antropológica ou antropocentrismo da teologia, que acabariam por a esvaziar do seu carácter de ciência de Deus e das coisas divinas. Trata-se, pelo contrário, de dar mais relevo aos problemas do homem, fazendo com que a teologia seja mais actual, mas sem alterar a relação homem-Deus no plano metafísico, gnoseológico e ético. Tal relação, na verdade, permanece na teologia e resolve-se sempre numa definitiva referência a Deus.

III

DIRECTRIZES PARA O ENSINO TEOLÓGICO

A) Directrizes gerais

63. No clima em que hoje se desenvolve a actividade teológica e, em parte, o ensino da teologia nos seminários, sobressaem alguns factos característicos, entre os quais parece que se devem apontar sobretudo a pluralidade de tendências, de interesses, de opiniões, com relativa falta de unidade; o particularismo das investigações, dos estudos, dos temas, e das próprias concepções da teologia e das ciências, fora de uma síntese orgânica e construtiva; a justa preocupação de encontrar no homem de hoje um interlocutor atento da teologia e por isso um tipo de reflexão que o interesse, não sem uma tendência para a adaptação que, levada além de certos limites, poderia significar ruptura com a tradição e a desnaturação da teologia.

1) Pluralidade e unidade

64 1) A pluralidade nas expressões teológicas das verdades da fé, que caracteriza a situação hodierna, não é um facto novo. Começou a manifestar-se desde os primeiros séculos nas correntes teológicas principais: a oriental e a ocidental. Depois continuou na variedade das escolas teológicas que, sucessivamente, se foram desenvolvendo, partindo de diversos princípios organizativos e de diversas preocupações fundamentais. Cada uma delas representa um aproxima-

³⁷ Cfr. Const. *Gaudium et spes*, nn. 35-36. 41-43.

³⁸ PAULO VI, Carta Enc. *Populorum progressio*, 26 de Março de 1967 nn. 16, 20, 42 e passim; AAS 59 (1967), pp. 265, 267, 268.

³⁹ S. THOMAS A.Q., *Summa Theol.*: I, q. 1. a. 8, ad 2.

mar-se do mistério, um esforço para interpretar a realidade dada pela Revelação. Nenhuma se pode identificar com a outra a não ser no plano das verdades reveladas que todas se esforçam por compreender e, no plano da Igreja que as reconhece.

65. 2) O pluralismo teológico contemporâneo, diferentemente do conhecido no passado, distingue-se pela sua amplitude e profundidade, até ao ponto de atingir formas radicais. No aspecto quantitativo é devido à grande abundância de materiais acumulados por cada uma das disciplinas que a teologia considera e utiliza com uma vasta e complexa articulação de processos ordenativos. Mas no ponto de vista das características da teologia e do seu espírito, o pluralismo de hoje é devido à diversidade dos métodos usados, à variedade das filosofias seguidas, à diversidade das terminologias e das perspectivas fundamentais. Estas e outras características fazem com que as novas formas de pluralismo, que se formaram de modo particular após o Concílio Vaticano II, sejam consideradas também qualitativamente diversas dos pluralismos precedentes.

66. 3) A Igreja, no passado, foi não só tolerante mas até favorável à pluralidade das correntes teológicas, enquanto tal pluralismo comportava o esforço de dar explicações novas e melhores para certos temas e problemas, encarados sob vários aspectos. Também hoje a Igreja favorece e encoraja um certo pluralismo com finalidades kerigmáticas, missionárias e pastorais, contanto que ele signifique um ulterior enriquecimento da doutrina bem clara e definida da fé⁴⁰, em constante referência à mesma. A Igreja, porém, não pode deixar de deplorar um pluralismo arbitrário e caótico, que se serve dos sistemas filosóficos mais afastados da fé e das terminologias mais diversas tornando sempre mais difícil, se não impossível, um verdadeiro e próprio entendimento entre os teólogos. Tal fenómeno, que significa no fim de contas uma confusão de linguagem e de ideias, e a ruptura com a tradição teológica do passado, não pode certamente ser considerada favorável à formação dos futuros sacerdotes e portanto não é de admitir no ensino teológico⁴¹.

⁴⁰ Cfr. Decr. *Ad gentes*, nn. 10, 16, 22; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 64.

Const. *Gaudium et spes*, n. 44: «A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências, os tesouros escondidos nas várias formas da cultura, através das quais se descobre mais a fundo a natureza humana e se abrem novas vias à Verdade, tudo é de vantagem para a Igreja. Ela, na verdade, desde os inícios da sua história, aprendeu a exprimir a mensagem de Cristo recorrendo aos conceitos e às línguas dos diversos povos; esforçou-se além disso por esclarecer com a sabedoria dos filósofos; com a finalidade de adaptar quanto era conveniente, o Evangelho quer à capacidade de todos quer às exigências dos sábios. E tal adaptação da pregação da palavra revelada deve continuar a ser lei de toda a evangelização».

⁴¹ Quanto aos justos limites do pluralismo teológico, cfr. as *Proposições* da PONT. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL sobre «Unidade da fé e o pluralismo teológico»: *La Civiltà Cattolica*, 124 (1973), vol. II, pp. 367-369.

PAULO VI, Alloc. *We have come*, ao Episcopado da Oceânia, 1 de Dezembro de 1970: AAS 63 (1971), p. 56. — Alloc. *Noi non usciremo*, na Audiência geral de 28 de Agosto de 1974: *Insegnamenti di Paolo VI*, vol. XII, p. 764 ss., Città del Vaticano, 1975.

67. 4) É absolutamente necessário que os aspirantes ao sacerdócio — em quanto principiantes no estudo da teologia — adquiram em primeiro lugar uma sólida *forma mentis* na escola dos grandes mestres da Igreja. Estes estão em condições de lhes dar a conhecer a verdadeira ciência teológica e a verdadeira doutrina cristã. De resto, isto pertence à economia da aprendizagem e da formação em todos os campos do saber e da cultura.

68. 5) Em ordem à formação teológica dos alunos em qualquer nível, deverão ser aplicados os seguintes princípios relativos ao pluralismo:

a) Salvar a unidade da fé. A tal propósito é necessário principalmente distinguir o plano da fé, à qual todos são obrigados a aderir, e o plano em que se pode ter uma variedade de opções consentidas por ela.

b) Respeitar, no âmbito das sentenças teológicas, a doutrina comum da Igreja e o *sensus fidelium*. Em teologia, na verdade, existe um núcleo de afirmações certas, comuns e irrenunciáveis, que constituem a base de qualquer dogmática católica. Tais afirmações não podem ser postas em questão, mas somente esclarecidas, aprofundadas, melhor explicadas no seu contexto histórico e teológico.

c) Ter em conta, no âmbito dos vários sistemas teológicos, o seu desigual valor. Deve ver-se, antes de mais, se eles são guiados só por interesses particulares limitados a qualquer aspecto parcial da verdade revelada, ou se compreendem o mistério cristão todo, organizando e integrando uma quantidade ampla de dados à luz dos princípios simples e de um valor que confina com o universal. Em qualquer caso, um sistema será julgado válido se não transcura nenhum dos aspectos essenciais da realidade e se se mostra capaz de assimilar vistas novas, numa síntese orgânica e harmónica. Sob este aspecto, a síntese tomista conserva plenamente o seu valor.

2) Perspectivas de uma síntese

69. 1) A teologia contemporânea, orientando-se para a procura de novas orientações e formulações, está marcada com um carácter de transitoriedade e provisoriade, que a faz assemelhar a uma imensa obra em construção cujo edifício está feito só em parte, enquanto à volta dele se acumula muito material que deve ser integrado, nos limites do possível, numa nova síntese.

Consequentemente o ensino teológico perdeu em muitos casos a sua unidade e compacidade, e oferece um aspecto de fragmentário e de lacunas, que faz falar de um saber teológico «atomizado». Faltando a sistematização e o acabamento, não raramente se perdem de vista as verdades centrais da fé. Nem é maravilha que em tal clima cada vez mais ganhem terreno várias «teologias» de moda, em grande parte unilaterais, parciais, às vezes infundadas.

70. 2) Estas dificuldades inerentes à novidade de muitos problemas tratados pelos teólogos, à vastidão de seu interesse científico e ao próprio clima geral, não podem deixar indiferentes os responsáveis do ensino teológico mesmo no curso institucional. O ideal de unidade e de síntese, por difícil que pareça, deve interessar professores e alunos. Trata-se de um problema de

máxima importância, de cuja solução depende em grande parte toda a eficácia, a vitalidade, e a utilidade prática dos estudos. Ele encerra:

- a) a síntese das várias doutrinas entre si;
- b) a síntese dos vários níveis do estudo teológico, por exemplo exegese-teologia sistemática;
- c) a síntese entre ciência e experiências religiosas em relação com a acção pastoral, etc.

71. 3) Entre os meios indispensáveis para conseguir este objectivo, indicam-se aqui os seguintes:

a) Desde o princípio dos estudos é necessário «dispor melhor as várias disciplinas teológicas e filosóficas, fazendo-as convergir concordemente para a progressiva abertura dos espíritos dos alunos ao mistério de Cristo, o qual compenetra toda a história do género humano, age continuamente na Igreja e opera principalmente através do ministério sacerdotal»⁴². Em um particular Curso introdutório, «o mistério da salvação seja proposto de maneira que os alunos possam perceber o significado dos estudos eclesiásticos, a sua estrutura e o seu fim pastoral»⁴³.

b) É necessário um programa de estudos pormenorizado e coordenado, que garanta a integridade e a coesão interna de todo o curso teológico, que sejam tratadas completamente todas as matérias e também uma devida orientação e coordenação de cada disciplina⁴⁴.

c) É insubstituível a dedicação pessoal dos professores, plenamente conscientes de um tal ideal de unidade e de síntese, e capazes de fazer reintegrar cada uma das partes e os dados fragmentários num todo orgânico, que eles já possuem e a que sabem levar de novo toda consideração parcial.

d) Daqui a importância das lições magistrais que devem ser suficientemente numerosas e bem preparadas. O trabalho em grupo dos estudantes e os «seminários» deveriam servir para um aprofundamento da síntese e para aprender o método do trabalho científico. De qualquer maneira, eles, só por si, não podem substituir as lições e não bastam para dar aos estudantes uma visão completa e sintética das matérias a estudar⁴⁵.

e) Em vista a um ensino completo e à desejada síntese da teologia, torna-se necessário estabelecer um cânon fixo das disciplinas principais, juntamente com os temas basilares e centrais da fé que obrigatoriamente devem ser tratados; o princípio da opção, no nível de formação institucional, deve limitar-se apenas a algumas matérias auxiliares e especiais, que devem ser bem precisas⁴⁶.

f) O fulcro dos esforços, para obter um ensino mais completo e para

⁴² Decr. *Optatam totius*, n. 14.

⁴³ *Ibid.* Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 62.

⁴⁴ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 7 ss., 80, 81, 90; cfr. nn.

60-61.

⁴⁵ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 91 a.

⁴⁶ *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 28-80, 82-84.

conseguir a síntese, é constituído pelo programa dos estudos e pela unidade efectiva do corpo professoral. Impõe-se portanto uma coordenação e uma colaboração interdisciplinar que, de qualquer maneira, deveria ser institucionalizada, especialmente na organização dos programas e na distribuição das funções⁴⁷.

g) É necessário reconhecer e respeitar a função importantíssima do perfeito dos estudos, o qual deverá estar à altura da sua missão e ser verdadeiramente eficiente⁴⁸. Ele há-de esforçar-se por manter viva no corpo professoral a preocupação de os estudos serem completos e de não lhes faltar a síntese, procurando juntamente com os mestres evitar a todo o custo um ensino fragmentário, centrado em algumas questões de actualidade, ou limitado a certas teologias modernas parciais (por exemplo, a teologia do desenvolvimento, da libertação, etc.)

3) Vitalidade e comunicabilidade do saber teológico

72. 1) Talvez nunca, como hoje, a teologia foi consciente do facto de estar ao serviço da transmissão da mensagem cristã. Esta concienzialização foi acentuada, de modo notável, pelo Concílio Vaticano II, que tinha recebido do Papa João XXIII a ordem de se esforçar «ut haec doctrina certa et immutabilis, cui fidele obsequium est prestandum, ea ratione perverstigetur et exponatur, quam tempora postulant nostra»⁴⁹. Por sua vez, os alunos desejam que o ensino teológico seja verdadeiramente vital, com efeitos espirituais, pastorais e sociais.

73. 2) Pela sua própria natureza, a teologia leva ao encontro pessoal com Deus, suscitando em quem a ensina ou estuda um estímulo à oração e à contemplação. A espiritualidade que nasce de uma vida de fé, é como uma dimensão interna da teologia, à qual dá um sabor sobrenatural. Por outra parte, para uma vida espiritual mais intensa e uma adequada preparação pastoral, é necessário um ensino científico sério, sem o qual para nada valem casuais adaptações ascéticas e pastorais.

74. 3) A vitalidade da teologia em relação com a oração e a contemplação, conforme ensina o Concílio Vaticano II, obtém-se pelo recurso à palavra de Deus manifestada e actuante na história da salvação, que tem o seu centro vivificante e sintetizante no mistério de Cristo⁵⁰. As verdades da fé serão tanto mais vitais quanto mais se vir nelas a profunda unidade com Cristo, como se verifica em modo particular nos Padres e na liturgia. Por esta razão, uma maior familiaridade quer com a Sagrada Escritura quer com os Padres e com a liturgia pode considerar-se o meio mais eficaz para descobrir a força vital da formação teológica. Para tal fim servem também evidentemente todos os

⁴⁷ *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 90.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ Alloc. inaugural *Gaudet Mater Ecclesiae*, 11 de Outubro de 1962: AAS 54 (1962), p. 792.

⁵⁰ Cfr. Const. *Dei Verbum*, n. 24; *Sacrosanctum Concilium*, n. 16; Decr. *Optatum totius*, nn. 14, 16; *Ad gentes*, n. 16.

meios e esforços acima mencionados para dar ao ensino teológico mais coesão e unidade.

75. 4) A espiritualidade é também uma das componentes principais da adaptação pastoral; mas ela só não basta. Na realidade, é também necessário maior contacto com a vida. Para tal finalidade recomendam-se aos professores contactos com a realidade pastoral, com os sacerdotes em cura de almas, com os fiéis, especialmente com profissionais crentes e cultos⁵¹. Graças a tais relações, eles poderão tornar-se mais conscientes dos problemas reais que a vida de todos os dias e o progresso científico põem à fé e poderão assim orientar as lições de maneira tal «ut alumni hodiernae aetatis indole recte perspecta, ad colloquium cum hominibus accommodare praeparentur»⁵².

76. 5) Para estar ao serviço da comunidade da fé ao homem de hoje, a teologia supõe e exige sem dúvida a análise das suas disposições e capacidades perceptivas em relação às verdades que lhe devem ser propostas⁵³. Ela procura depois formular as verdades em relação à *forma mentis* do homem, de maneira tal que possam adquirir para ele um significado real e uma importância vital, mesmo relativamente aos problemas sociais, políticos e culturais que mais interesse têm para o mundo de hoje.

Nesse trabalho não se deve perder o sentido da transcendência da mensagem cristã nem reduzir a teologia a uma espécie de filosofia ou de sociologia da religião elaboradas por um teólogo; nem abandonar a tradição clássica da teologia; nem transcurar o verdadeiro sujeito da teologia, que é Deus.

77. 6) A função mencionada põe, como é óbvio, o problema da linguagem teológica, que hoje é vivo também pelo interesse que a problemática da hermenêutica moderna suscita. A teologia deve ser sensível à linguagem do mundo moderno, se quiser radicar-se na cultura e manter a possibilidade de se avizinhar aos homens do nosso tempo⁵⁴. Como disse a tal propósito o Sumo Pontífice Paulo VI, «é preciso olhar para a frente, para fortalecer a integridade de toda a doutrina, sem nenhuma volubilidade precipitada nas modas caducas, nas formas da linguagem nova à qual, por sua vez, não se ponham impedimentos se não aqueles exigidos pela absoluta fidelidade à Revelação e ao Magistério infalível da Igreja, pelo respeito do *sensus fidelium* e pela edificação na caridade»⁵⁵.

B) Directrizes particulares para as várias disciplinas teológicas

78. Depois de ter indicado algumas directrizes gerais, de particular actualidade para o ensino da teologia, parece agora oportuno precisar algumas

⁵¹ *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 36, 37.

⁵² *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 71.

⁵³ PAULO VI. Aloc. *Nous sommes heureux*, à Pont. Comissão Teológica Internacional, 11 de Outubro de 1972: AAS 64 (1972), p. 683.

⁵⁴ Cfr. *Const. Gaudium et spes*, nn. 44, 62.

⁵⁵ Aloc. *Siamo assai grati* ao S. Colégio Cardinalício, 22 de Junho de 1973: AAS 65 (1973), p. 384.

directrizes metodológicas com referência especial àquelas disciplinas teológicas, que na situação actual estão no centro do interesse científico e têm problemas e dificuldades não comuns a enfrentar.

Falou-se até agora da necessidade de salvaguardar a natureza específica da teologia; de respeitar fielmente o seu peculiar procedimento metodológico; de fazer um justo uso da reflexão filosófica, das ciências naturais e humanas; de procurar maior coesão interna; de garantir a vitalidade e a utilidade prática do saber teológico, em contacto mais íntimo com as fontes da Revelação e com a vida. Tudo isto encontra uma ressonância muito mais forte e concreta quando se trata de fazer aplicações dentro das disciplinas, como a exegese, a teologia dogmática, moral, a patristica, a teologia pastoral e fundamental, de que a seguir se tratará. Todas estas disciplinas—pela sua relação directa com as fontes e com o núcleo central do mistério cristão ou com a vida—são hoje interplacadas de modo particular quer pelas normas conciliares quer pela situação geral contemporânea.

1) A Sagrada Escritura

79. 1) O primeiro facto, que é preciso ter em conta no ensino teológico, é que a Sagrada Escritura constitui o ponto de partida, «um fundamento perene» e o princípio vivificante e animador de toda a teologia⁵⁶. É portanto necessário que o professor das ciências bíblicas desempenhe a sua missão com a competência e perfeição científica que a importância da sua disciplina exige. Ele, para ser fiel à sua função, deve trabalhar a nível do texto a nível do acontecimento que ele encerra, a nível da tradição que o comunica e o interpreta. Deve recorrer também ao método da análise textual, literária e histórica; mas deve ainda manter no ânimo dos alunos o sentido da unidade do mistério e do desígnio de Deus. Transmitida e em parte nascida na Igreja, a Escritura deve ser lida e compreendida na tradição eclesial⁵⁷.

80. 2) Tal função primordial, que compete à Sagrada Escritura, não pode deixar de determinar a natureza das relações que entre a mesma e a teologia há, com as suas várias disciplinas. A tal propósito é necessário recordar que ela não pode ser considerada unilateralmente em função das ditas disciplinas (como uma fonte dos *loci probantes*), mas que toda a teologia é chamada a dar o seu contributo para uma melhor e sempre mais profunda compreensão dos textos sagrados, isto é, das verdades dogmáticas e morais que eles contêm. Segue-se daqui que o ensino da Sagrada Escritura, depois de tratadas todas as questões introdutórias, deverá culminar numa teologia bíblica, apresentando uma visão unitária do mistério cristão.

81. 3) A teologia bíblica, para servir verdadeiramente a uma melhor compreensão da Sagrada Escritura, deve ter conteúdos próprios, identificados

⁵⁶ Const. *Dei Verbum*, n. 24.

⁵⁷ Cfr. PONT. COMISSÃO BÍBLICA. Instrução *Sancta Mater*, sobre a verdade histórica dos evangelhos, 21 de Abril de 1964: AAS 56 (1964), pp. 713 ss.

segundo a metodologia específica, e com uma certa autonomia, isto é com a atenção exclusiva ao que é específico e à integridade do conteúdo bíblico. Tal relativa autonomia não deve porém, significar independência ou antagonismo no que respeita à teologia sistemática, como infelizmente hoje se verifica em certos casos.

Entre a parte positiva e a sistemática — ficando firme o que é específico dos respectivos métodos — deve existir uma fecunda e constante colaboração. Propriamente falando, na verdade, não existem na teologia duas fases sucessivas do trabalho, pois a parte especulativa inicia-se já na positiva; a positiva é a especulativa *in fieri*; a especulativa é a positiva no final do seu movimento.

82. 4) Para conseguir tal objectivo, um dos meios consiste na cooperação eficaz e coordenada entre os mestres das disciplinas mais interessadas, isto é a exegese, a teologia fundamental, dogmática e moral, a fim de chegar a uma conveniente divisão das atribuições, e a uma mais perfeita harmonia e estrutura das matérias ensinadas.

Do professor de Sagrada Escritura espera-se, de maneira particular, uma justa abertura e compreensão para os problemas das outras disciplinas teológicas, tendo sempre presentes sobretudo as exigências da integridade e da coerência interna da fé, expressas no princípio da «analogia da fé»⁵⁸.

A importância que hoje justamente se atribui às ciências bíblicas, enquanto aumenta a responsabilidade do biblista perante os cultores das outras disciplinas, não justifica uma sua atitude quase de independência ou de predomínio. Ele deverá sentir-se sobretudo um servidor da palavra de Deus, recordando-se da delicadeza dos problemas exegéticos que, especialmente no curso institucional, devem ser tratados com a maior prudência e equilíbrio, isto também em consideração da influência que eles podem ter sobre a catequese e sobre a pregação⁵⁹.

83. 5) O professor de Sagrada Escritura deve ter a consciência sobretudo das tarefas que o seu ensino tem em relação à teologia dogmática e moral, à teologia fundamental, ao ministério pastoral e à vida espiritual dos futuros sacerdotes. Aqui bastará recordar que:

a) em ordem à teologia sistemática, a exegese, para ser útil, deve pôr-se à altura de uma verdadeira e própria teologia bíblica;

b) em ordem à teologia fundamental, as ciências bíblicas exigem um «aggiornamento» científico unido a uma atitude construtiva na utilização dos dados seguros das ciências em função da fé;

c) em ordem ao ministério pastoral, é necessário dar uma visão possivelmente completa da Sagrada Escritura, não transcurando os seus problemas mais graves⁶⁰, importando ainda guiar os alunos no uso correcto dos textos interpretados no justo sentido;

⁵⁸ Cfr. *Const. Dei Verbum*, n. 12.

⁵⁹ Cfr. PONT. COMISSÃO BÍBLICA, *Instrução Sancta Mater*, sobre a verdade histórica dos evangelhos, 21 de Abril de 1964: AAS 56 (1964), pp. 717-718.

⁶⁰ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 78.

d) em ordem à vida espiritual, é indispensável suscitar nos alunos respeito e amor à Sagrada Escritura⁶¹ e habituá-los a servir-se dela para o seu proveito na liturgia, na piedade e na ascética sacerdotal.

84. 6) Para dar valor formativo ao ensino que parte dos «temas bíblicos», o professor de Sagrada Escritura procurará coordená-los numa síntese teológico-eclesial, inspirada na «Profissão de fé católica», que exprime sinteticamente a inteligência, que a Igreja tem da Revelação. Este procedimento ajudará a ligar a teologia aos artigos fundamentais da fé cristã.

2) A patrística

85. 1) Uma reflexão análoga pode ser feita para a patrística, mesmo que não se possa transferir integralmente para ela o que serve para a Sagrada Escritura, pois que existem diferenças objectivas diferentes entre as duas disciplinas.

Sem dúvida é igualmente necessário, na patrística, como nas ciências bíblicas:

- a) respeitar o que é específico no método da investigação histórica;
- b) tender para a unidade do ensino teológico, evidentemente por meio das unidades parciais a realizar no que for possível.

86. 2) Uma das finalidades do ensino da patrística consiste em delinear o quadro da teologia e da vida cristã na época dos Padres na sua realidade histórica. Atribuir objectivos diversos a tal ensino seria correr o risco de o fragmentar e de o tornar estéril.

87. 3) Além disso, o ensino da patrística deve tender a dar sentido quer da continuidade do desenvolvimento teológico, que corresponde aos dados fundamentais, quer da sua relatividade, que corresponde aos aspectos e às aplicações particulares. Em tal modo ela pode ajudar a teologia, globalmente entendida, a manter-se dentro do âmbito da fé, interpretada e guardada fielmente pelo consenso dos Padres.

88. 4) Também por esta razão será oportuno cuidar da ligação entre o ensino da patrística e o da história da Igreja, para contribuírem ao conhecimento unitário dos problemas, dos acontecimentos, das experiências das aquisições doutrinárias espirituais, pastorais e sociais da Igreja nas várias épocas⁶².

⁶¹ Cfr. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 24.

⁶² Cfr. Decr. *Optatum totius*, n. 16; também S. C. PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta Circ. *Synodi Episcopalis*, 22 de Maio de 1968, na qual, para uma adequada formação teológica dos futuros sacerdotes, se requer ainda, entre outras coisas: «uma estrutura unificada de ensino; uma ideia muito precisa do que é o trabalho teológico e das suas fontes: uma sólida formação histórica».

3) A teologia dogmática

89. 1) O método genérico descrito para a teologia dogmática pelo Vaticano II⁶³, articulado nas cinco fases da Sagrada Escritura, da Tradição patristica e da história, da especulação, da vida litúrgica, da vida da Igreja, com aplicação aos problemas de hoje, garante um ensino bem ancorado nos dados revelados, unificado na história da salvação, sistematizado e integrado numa visão completa da fé, tornado vital pelo contacto com a liturgia e com a vida da Igreja, aberto às exigências pastorais, graças à atenção que se dá aos problemas de hoje.

90. 2) Para realizar todas as possibilidades de tal método e vencer as dificuldades que ele apresenta, a primeira condição é a de respeitar e aplicar o princípio da continuidade da fé, mesmo na necessidade, para as gerações sucessivas, de a compreender de maneira cada vez mais plena e adequada às necessidades do mundo.

Na linha desta continuidade, devem considerar-se:

a) a referência necessária e contínua à Revelação que, como princípio objectivo e inesgotável da fé, gera o dogma e as diversas expressões da vida cristã, em particular a «teologia»;

b) a intervenção do Ministério eclesiástico para fixar e definir as exigências permanentes e irrenunciáveis da fé;

c) a necessidade e também a relatividade da teologia, que descobre e põe em evidência a profundidade da fé;

d) a exigência da compreensão actual da fé, integralmente recebida e professada, em referência à nova situação cultural e por isso à função própria da teologia.

91. 3) A boa aplicação do método mencionado exige também a relação justa entre a dogmática e as ciências bíblicas, de que já se falou.

O contacto directo com a Sagrada Escritura comporta a possibilidade de um enriquecimento temático maior e um ensino mais activo e criativo mas consequentemente muito mais empenhativo quer para o professor quer para os alunos.

92. 4) De quanto fica dito, emergem algumas tarefas específicas do professor de teologia dogmática, especialmente na parte positiva do ensino sob o aspecto bíblico e histórico-patristico:

a) sob o aspecto bíblico, ele deve ter presente que a Sagrada Escritura não serve apenas para fornecer provas, a fim de defender uma tese, mas serve também e principalmente de ponto de partida e fonte de inspiração para todo o ensino;

b) sob o aspecto patristico-histórico, deve possuir os resultados das inves-

⁶³ Decr. *Optatum totius*, n. 16.

tigações e dos estudos monográficos sobre os grandes mestres da tradição cristã, para os utilizar não só na componente histórica da teologia mas outrossim como guia na reflexão cristã e na organização sistemática.

93. 5) Ter-se-á por isso presente a necessidade de uma ligação íntima de disciplinas e de cooperação efectiva de professores na relação entre a parte positiva e a parte especulativa da teologia, que deve ser orientada tendo como base dois princípios:

a) a amplidão e a importância da parte positiva do método genético-histórico não deve, de modo nenhum, diminuir o peso que o aprofundamento especulativo deve ter no ensino;

b) a integridade do método genético-histórico admite uma certa flexibilidade, em consideração da natureza dos assuntos tratados: alguns duma maneira mais positiva (por exemplo, os que se ocupam da penitência), outros de um modo mais especulativo (por exemplo, os que tratam da graça e da liberdade, ou da consciência íntima de Cristo).

94. 6) No ensino da dogmática, além da integridade substancial do procedimento genético, é preciso garantir a integridade material da disciplina de modo que todas as verdades da fé sejam tratadas devidamente. Como é óbvio, impõe-se uma escolha judiciosa dos temas, havendo necessidade de distinguir entre o que é essencial e o que não é. Existe na verdade uma «*hierarchia veritatum doctrinae catholicae, cum diversus sit earum nexus cum fundamento fidei christianae*»⁶⁴. Mas é evidente que na dogmática, como de resto nas outras disciplinas principais do curso institucional, está excluída a opção, ou uma especialização prematura.

4) A teologia moral

95. 1) A renovação da teologia moral, querida pelo Concílio Vaticano II⁶⁵, faz parte dos esforços que a Igreja está empregando para compreender melhor o homem de hoje e para ocorrer às suas necessidades num mundo que está em fase de profunda transformação.

Trata-se de introduzir o fermento evangélico «na circulação de pensamento, de palavras, de cultura, de tendências da humanidade, como ela hoje vive e se move sobre a face da terra»⁶⁶.

O ensino da teologia moral concorre eficazmente para esta missão da Igreja, e por isso ele renova-se e aperfeiçoa-se segundo esta exigência.

96. 2) Para superar a unilateralidade e as lacunas que por vezes no passado apresentou a teologia moral, devidas, em grande parte, a um certo juridismo, ao individualismo e ao afastamento das fontes da Revelação, torna-se

⁶⁴ Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 11.

⁶⁵ Decr. *Optatam totius*, n. 16.

⁶⁶ PAULO VI, Carta Enc. *Ecclesiam Suam*, 6 de Agosto de 1964: AAS 56 (1964), pp. 640-641.

necessário esclarecer o seu *status epistemológico*. Importa pois determinar o modo pelo qual ela se deve construir um estreito contacto com a Sagrada Escritura, a Tradição (aceitada mediante a fé e interpretada pelo Magistério) e em referência à lei natural (conhecida mediante a razão).

Sobre esta base pode proceder-se a uma revisão e a uma nova valorização da teologia moral, mesmo em ordem às suas aplicações espirituais, pastorais, «políticas». Assim ela será posta num autêntico nível teológico. Tal orientação é também o primeiro pressuposto para a teologia poder ir ao encontro das justas exigências da chamada «ortopraxe».

97. 3) Para esta finalidade é, antes de mais, necessário ter um conhecimento vivo do ligame que existe entre a teologia moral e a dogmática, e que consente considerar e tratar a moral como uma verdadeira e própria disciplina teológica, em conformidade com todas as fundamentais regras epistemológicas e metodológicas válidas para toda a teologia. A este respeito, convém voltar à grande concepção, bem posta em realce por S. Tomás de Aquino que, como outros mestres, nunca separou a teologia moral da dogmática e inseriu-a, pelo contrário, no projecto da teologia sistemática, como parte que diz respeito ao processo em que o homem, criado à imagem de Deus e remido pela graça de Cristo, tende para a plenitude da sua realização segundo as exigências da vocação divina, no contexto da economia da salvação historicamente realizada na Igreja.

98. 4) Em virtude da ligação estreita que existe entre a teologia moral e a dogmática, deve adoptar-se na elaboração da moral o procedimento específico da teologia, desenvolvendo devidamente tanto o aspecto positivo como o especulativo, haurindo amplamente da Revelação e desenvolvendo toda a reflexão em sintonia com o pensamento e a consciência da Igreja. Pelo que diz respeito à temática a tratar, recomenda-se a mesma preocupação por um ensino materialmente completo, como se exige para a teologia dogmática.

99. 5) Para a teologia moral, mais do que para as outras disciplinas teológicas, é necessário ter em conta os resultados das ciências da natureza e do homem, e da experiência humana; resultados que, embora obviamente não possam fundar ou criar as normas morais⁶⁷, podem contudo dar muita luz sobre a situação e sobre o comportamento das doutrinas intermédias entre princípios seguros de razão e de fé, e as aplicações à vida concreta. A mediação entre a teologia moral e as ciências do homem e da natureza dar-se-á através de uma reflexão filosófica aprofundada, para a qual servirá de estímulo a tradição cristã que nunca deixou de pôr o problema do homem com referência particular à sua natureza, ao seu destino e ao seu desenvolvimento integral no caminho para Deus.

100. 6) É necessário ainda introduzir de novo na teologia moral o

⁶⁷ Cfr. S. C. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Declar. *Persona humana*, n. 9, 29 de Dezembro de 1975: *L'Osservatore Romano*, ed. port., 18 de Janeiro de 1976, pp. 3-4.

aspecto dinâmico que faz sobressair a resposta que o homem deve dar ao apelo divino no processo do seu crescimento no amor, no seio de uma comunidade salvífica. Em tal modo a teologia moral adquirirá uma dimensão espiritual interna, respondendo às exigências do pleno desenvolvimento da *imago Dei*, que existe no homem, e às leis do processo espiritual descrito na ascética e mística cristãs. Mas precisamente por isso a teologia moral deve manter-se em estreito contacto com a teologia bíblica e dogmática, tendo presentes, ao mesmo tempo, as actividades pastorais que os futuros sacerdotes deverão desenvolver na direcção das almas e no ministério do sacramento da penitência.

101. 7) De modo particular o ensino da moral aos alunos que se preparam para o ministério sacerdotal comporta um contacto estreito e uma relação com a pastoral, pela qual a teologia moral será provocada a estudar os problemas postos pela experiência da vida, e à qual fornecerá esquemas de acção inspirados nas exigências da palavra de Deus e teologicamente fundados e elaborados. Esta é a via de renovação indicada pelo Concílio Vaticano II «Sub luce evangelii et humanae experientiae»⁶⁵.

5) A teologia pastoral

102. 1) Com interesse particular deverá ser ministrado o ensino da teologia pastoral, quer como dimensão de todas as disciplinas teológicas⁶⁶, quer como ciência que interpreta e estimula as instâncias genuínas do ministério pastoral e lhe orienta a realização nas circunstâncias actuais conforme as exigências da fé, à luz da Revelação⁶⁷.

103. 2) A pastoral mantém-se em contacto com o real, isto é com os problemas do ministério e com as soluções que lhes são dadas nos vários tempos e especialmente no tempo presente, mas está ligada à teologia e nutre-se dela em dois momentos fundamentais:

a) interpela e provoca a teologia (especialmente a teologia moral), pondo-lhe problemas que não pode nem pretende resolver de modo autónomo e simplesmente empírico, pois que sobre eles é preciso projectar a luz da fé;

b) estuda as aplicações práticas das soluções teológicas, tendo em conta as situações concretas e respeitando a pluralidade das opções possíveis, quando se trata de matérias opináveis.

104. 3) Seguindo estes critérios, o ensino teológico-pastoral é verdadeiramente formativo e põe as bases para uma acção bem orientada, que evita a timidez e as frustrações, por uma parte, e, pela outra, certas iniciativas imprudentes e temerárias, de que uma teologia sã faz ver os defeitos.

⁶⁵ Const. *Gaudium et spes*, n. 46.

⁶⁶ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 94.

⁶⁷ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 79.

105. 4) Dependerá de todos os professores de teologia do curso institucional fazer com que o ensino da pastoral seja harmónico, coerente e formativo, quer no aspecto de cada disciplina, quer no desenvolvimento autónomo das questões relativas ao ministério.

A própria organização dos estudos deverá reservar um lugar adequado a esta matéria.

É também de encorajar a realização do curso pastoral anual no fim dos estudos institucionais⁷¹, sem porém excluir tal ensino nos anos precedentes, nos quais, segundo as exigências e as possibilidades locais, deverá ser feito na maneira e na medida mais convenientes.

106. 5) Em qualquer caso deve ter-se sempre presente que não se pode omitir o ensino da pastoral, como não se pode pretender que a ele seja reduzido o ensino da teologia.

6) A teologia fundamental

107. 1) Todas as matérias teológicas supõem como base do processo racional a teologia fundamental, que tem por objecto de estudo o facto da Revelação cristã e a sua transmissão na Igreja, temas estes que estão no centro de toda a problemática sobre as relações entre a razão e a fé.

108. 2) A teologia fundamental será estudada como disciplina introdutória à dogmática e, melhor, como preparação, reflexão e desenvolvimento do acto de fé (o «Credo» do Símbolo), no contexto das experiências da razão e das relações entre a fé, as culturas e as grandes religiões. Mas é também uma dimensão permanente de toda a teologia que deve responder aos problemas actuais apresentados pelos alunos e pelo ambiente em que eles vivem e no qual amanhã exercerão o seu ministério.

109. 3) Função essencial da teologia fundamental é a reflexão racional que o teólogo, juntamente com a Igreja, partindo da fé, faz sobre a realidade do cristianismo como obra de Deus que se revelou e se fez presente em Cristo, e da própria Igreja como instituição querida por Cristo para alongar a sua obra no mundo.

Ela é pois concebida como uma teologia de diálogo e de fronteira, em que — além do confronto entre a fé e a razão em termos abstractos — se entra em contacto com as religiões históricas (hinduísmo, budismo, islamismo); com as formas reflexas do ateísmo moderno (especialmente de Marx, Freud e Nietzsche); com as formas vividas da indiferença religiosa num mundo secularizado, caracterizado pelo predomínio dos processos tecnológicos e industriais e dos valores económicos; e finalmente com as exigências dos próprios crentes

⁷¹ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 84b; *Normae quaedam ad Constitutionem Apostolicam Deus scientiarum Dominus de studiis academicis ecclesiasticis recognoscendam*, n. 33.

que, no mundo de hoje, trazem em si novas dúvidas e dificuldades e põem questões novas à teologia e à catequese.

Para responder às exigências e às experiências que provêm destas categorias de homens, a teologia fundamental procura fixar o sentido que, em tal situação, Cristo, a sua mensagem, a Igreja têm para provocar e obter a adesão de fé como caminho para chegar a Deus.

110. 4) Esta orientação da teologia fundamental implica o estudo e a exposição da relação do cristianismo com a história, com a linguagem, com as outras experiências religiosas, com as místicas, as filosofias, as ciências, as condições humanas. Mas a sua função específica continua a ser a de manifestar racionalmente, com uma exposição válida para os crentes e para os não-crentes, como o mistério de Cristo, presente na Igreja, não somente ilumina mas realiza e completa a existência humana, ultrapassando-a na sua relação perfectiva e salvífica com Deus.

111. 5) Afastada a tentação de uma redução antropológica da teologia fundamental, o ensino desta matéria terá pois um sentido na medida em que servirá como introdução ao mistério total de Cristo e, por isso mesmo, à teologia. Esta função introdutória implica também para o professor a tarefa de pôr no devido realce os elementos fundamentais da epistemologia teológica, a fim de comunicar aos alunos um conceito exacto da ciência sagrada⁷².

112. 6) É oportuno acrescentar que, quer no professor quer no aluno, a teologia fundamental, tratada conforme as suas dimensões completas, serve para formar uma personalidade maturada no confronto contínuo entre fé e razão, resolvido numa harmonia superior, como se verifica em tantos grandes. Mestres da tradição cristã. Ela ajuda o teólogo e o pastor de almas a vencer todo o complexo de inferioridade diante dos dados da cultura e especialmente das ciências, que eles utilizam como expressões de verdade racional, mas sem se lhes subjugar, segundo os critérios metodológicos usados pela teologia fundamental. Esta, finalmente, serve para estimular em toda a coragem da fé, sem a qual não é possível a vida cristã e nem sequer uma boa teologia.

113. 7) Pelas razões aduzidas, a teologia fundamental, deve ser considerada como matéria necessária para a formação teológica e pastoral e portanto o seu ensino deve ocupar nos programas de estudo um lugar correspondente à sua importância.

7) As outras disciplinas teológicas

114. Como é natural, para a formação teológica completa dos futuros sacerdotes concorrem também outras disciplinas principais de grande importância como, por exemplo, liturgia, direito canónico, história eclesiástica, e as auxiliares: a teologia espiritual, arte sacra, canto sagrado, etc. Estas ou acom-

⁷² Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 79.

panham as disciplinas principais ou entram (como por exemplo, a catequética e a homilética) no âmbito da teologia pastoral.

115. Para elas valem as directrizes contidas em parte nos Documentos do Concílio Vaticano II (Const. *Sacrosanctum Concilium*, Decr. *Optatam totius*, *Ad gentes*, *Unitatis redintegratio*, *Orientalium Ecclesiarum*, *Inter mirifica*, etc.), e, em parte, na *Ratio fundamentalis* e em vários documentos particulares⁷¹.

Cada uma destas disciplinas, enquanto deve atender com todo o cuidado aos problemas próprios e aos seus fins específicos, poderá tirar grandes vantagens do presente documento, sobretudo no que diz respeito a uma viva tomada de consciência das atribuições actuais e a necessidade de se inserir de modo construtivo no desenvolvimento dos estudos teológicos, segundo o espírito da fé.

IV

NORMAS PRÁTICAS

116. Como conclusão das considerações precedentes julga-se oportuno formular algumas proposições de carácter normativo, especificando os deveres das autoridades que estão à frente dos seminários, dos professores e dos alunos.

A) Os deveres dos responsáveis pela formação teológica

1) As autoridades que estão à frente dos seminários (Bispos e Conferências Episcopais, Reitores)

117. 1) As autoridades que estão à frente dos seminários têm a responsabilidade de testemunhar que os candidatos ao sacerdócio possuem, além de outros requisitos, aquela formação teológica que os faz aptos para cumprir o ministério do ensino da fé e de guia espiritual dos fiéis.

118. A formação dos futuros sacerdotes não poderá ser garantida sem a existência de um corpo docente eficiente e qualificado. Daqui se deduz que os bispos e os reitores dos seminários não devem hesitar em conceder aos candidatos particularmente aptos para os estudos superiores o tempo necessário para conseguir os graus académicos reconhecidos pela Igreja. Devem pôr à dispo-

⁷¹ Os documentos publicados: SECRETARIADO PARA A UNIAO DOS CRISTAOS, *directorium*, Pars altera (cfr. sobretudo o n. 75: De oecumenismo ut peculiari disciplina); S. C. PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, Carta circ. sobre a *dimensão missionária* da formação sacerdotal, Pentecostes 1970; SECRETARIADO PARA OS NÃO CRENTES, a nota sobre o estudo do *ateísmo*, 10 de Julho de 1970; S. C. PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circ. sobre o ensino da filosofia nos seminários, 20 de Janeiro de 1972; Carta circ. sobre o estudo do direito canónico, 1 de Março de 1975. — Esta mesma S. Congregação tem promovido nos últimos anos a publicação na Revista SEMINARIUM de uma série de artigos orientativos, para dar impulso à renovação conciliar das várias disciplinas do curso filosófico-teológico.

sição deles adequados instrumentos de trabalho (bibliotecas, livros, revistas) e conceder-lhes de boa vontade possibilidade de se actualizarem⁷⁴.

119. 3) A formação dos futuros sacerdotes seja considerada na Diocese como um dos ministérios mais importantes e, sob certos aspectos, mais exigentes. Na verdade, a função de ensinar associa o professor à missão do Senhor e Mestre, o qual prepara os seus apóstolos para serem testemunhas do Evangelho e dispensadores dos mistérios de Deus.

120. 4) As presentes normas só serão eficazes se forem acompanhadas por uma vigilância constante por parte de todos os responsáveis dos seminários.

2) Os professores

121. 1) A função do professor é de modo particular, importante a nível do curso institucional. Realmente é ele que mostra a continuidade da fé, da tradição e da vida espiritual da Igreja. É ele que garante, no meio do pluralismo actual, a adesão às verdades fundamentais e ao mesmo tempo os juízos críticos e as apreciações equilibradas. É portanto o elemento unificador, indispensável para uma formação de base. Torna-se pois necessário dar a devida importância à função do professor, ao qual a Igreja, consciente da dignidade da sua missão, deseja exprimir apreço e reconhecimento.

112. 2) Como servo da palavra de Deus, o professor de teologia está ligado a Cristo e à Igreja, o seu ensino deve ser exercido numa perspectiva de fé na palavra do único Senhor e numa perspectiva de lealdade para com a Igreja e o seu Magistério⁷⁵.

123. 3) A pluralidade das escolas é um fenómeno comum na Igreja; antes, sob certos aspectos, pode ser considerada como um benefício. Foi o próprio Concílio Vaticano II que lhe reconheceu a legitimidade e a fecundidade⁷⁶. Contudo tal pluralismo não deve transformar-se num pluralismo dos sistemas fora da unidade da fé, que deve permanecer intacta. Seria muito deplorável se se chegasse a confundir o pluralismo teológico com o da fé.

124. 4) No seu ensino o professor demonstre que está ao corrente da investigação teológica mais recente e esteja em condições de apresentar as coisas e de as apreciar no seu justo valor. Defenda-se, porém, daquele apriorismo que o poderia levar a considerar, como certas, todas as hipóteses novas somente porque são novas e, como ultrapassadas todas as posições anteriores, só por serem menos recentes⁷⁷.

125. 5) A teologia contemporânea está tornando viva consciência da

⁷⁴ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 32-38.

⁷⁵ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 32-38.

⁷⁶ Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 17.

⁷⁷ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 88.

necessidade de uma colaboração interdisciplinar. Hoje também na teologia, como no campo das ciências profanas, são as equipas dos professores que devem dedicar-se a um conhecimento da fé sempre mais aprofundado. É portanto de desejar que os professores dos seminários intensifiquem entre si aquela comunicação que favorece o trabalho interdisciplinar, quer a nível do ensino quer da investigação⁷⁸.

126. 6) Para favorecer maior eficiência formativa—sobretudo numa preparação teológica mais sistemática, completa e doutrinalmente segura—recomenda-se que se introduzam livros de texto actualizados para cada disciplina, que constituam a base tanto para as lições como para o estudo particular dos alunos⁷⁹.

127. 7) Já que o ensino teológico nos seminários é destinado principalmente a formar sacerdotes para o ministério pastoral, procurem os professores ter bem presente esta finalidade pastoral; e para compreender melhor as suas exigências, mantenham-se em contacto com os párcos e com quantos trabalham no futuro campo de acção dos seus alunos⁸⁰.

3) Os estudantes

128. 1) Sintam-se os estudantes co-responsáveis pela própria formação teológica. Na verdade como nos outros aspectos da formação assim também no aspecto doutrinal, é hoje exigida uma participação mais activa do aluno, em conformidade com as melhores tradições pedagógicas, hoje revalorizadas⁸¹.

129. 2) Antes de iniciar os estudos teológicos, tenham os alunos a necessária preparação quer literária⁸² quer filosófica, a não ser que o curso filosófico esteja integrado com o curso teológico. A formação filosófica, não compreende só a história da filosofia mas sobretudo uma reflexão orgânica sobre o mundo e sobre o homem, culminando na afirmação de um Absoluto pessoal. O curso filosófico, que deve realizar segundo as normas prescritas, dure pelo menos dois anos⁸³.

130. 3) Os resultados da teologia estejam em condições de utilizar as fontes da reflexão teológica (em maneira particular do Novo Testamento, dos documentos do Magistério eclesiástico, das obras dos Padres da Igreja e dos

⁷⁸ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 90.

⁷⁹ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 88.

⁸⁰ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 94.

⁸¹ Cfr. *Optatam totius*, n. 17; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 35, 91.

⁸² Decr. *Optatam totius*, n. 13; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 65 ss.; cfr. *ibid.*, nn. 59, 60.

⁸³ Cfr. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 60, 61, 70, 75; também S. C. PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Carta circ. sobre o ensino da filosofia nos seminários, 20 de Janeiro de 1972.

grandes escolásticos), e isso mediante um conhecimento adequado do latim⁶⁴ e das línguas bíblicas⁶⁵, e mediante a utilização dos trabalhos de investigação contemporânea (traduções e comentários).

131. 4) No curso teológico os alunos esforcem-se por assistir activa e regularmente às lições. Na verdade, quando se trata da transmissão não de um simples saber, mas de uma tradição de fé, como no caso da tradição cristã, é insubstituível o encontro com o mestre, o qual é ao mesmo tempo testemunha daquela fé, que iluminou e transformou a sua vida. O ensino torna-se assim discurso do teólogo crente e orante, em que coincidem a inteligência do mistério e a intimidade da vida com o mesmo. Não é possível ensinar e estudar a teologia como uma matéria profana, relativamente à qual se poderia ficar neutro; é por isso importante o contacto pessoal entre professores e alunos nas lições, nos trabalhos práticos ou seminários, na direcção pessoal⁶⁶.

B) A organização dos estudos teológicos

132. 1) Em todos os seminários a formação de base que prepara para o sacerdócio deve comportar um mínimo de quatro anos de teologia, ou o seu equivalente, nos sistemas que integrem a filosofia e a teologia⁶⁷. A mesma norma vale para os escolasticados religiosos⁶⁸.

133. 2) O ensino institucional da teologia deve primeiramente tender a dar uma visão orgânica do mistério cristão, incluindo o estudo dos temas essenciais da fé e da vida cristã. Sem uma tal formação que garanta a solidez e a fecundidade de toda a especialização ulterior, a própria vocação sacerdotal correria o risco de desabar. Não se poderia falar de formação de base, se um ou outro dos seguintes temas fosse omitido ou tratado à pressa e superficialmente: a Revelação e a sua transmissão mediante a Tradição e a Sagrada Escritura; a formação de Deus Uno e Trino; Deus Criador; a Encarnação do Filho de Deus e a redenção do homem (mistério pascal); a Igreja e os sacramentos; a antropologia cristã (graça e teologia teologal); a escatologia; a moral cristã (fundamental e especial); o conjunto da mensagem da Sagrada Escritura (lei e profetas; Sinópticos, João e Paulo). Para esta visão do mistério cristão concorre além disso o estudo da teologia fundamental, a epistemologia teológica da liturgia da história da Igreja; do direito canónico, da teologia pastoral, da teologia espiritual, do ensino social da Igreja, do ecumenismo e da missiologia.

134. 3) Sem se confundir com as ciências humanas, até ao ponto de diluir e de se tornar psicologia, sociologia, antropologia, a teologia contempo-

⁶⁴ Decr. *Optatam totius*, n. 13; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 66.

⁶⁵ Decr. *Optatam totius*, n. 13; *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 80.

⁶⁶ *áCfr. Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, nn. 35. 38. 91.

⁶⁷ *Cfr. Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 61.

⁶⁸ *Cfr. Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, n. 2.

rânea, mesmo a nível do curso institucional, não pode desconhecer os problemas postos ao homem de hoje pelo desenvolvimento das ciências humanas. Na realidade, ela deve ser, não só compreensão da palavra de Deus mas também compreensão do homem ao qual esta palavra se dirige, e das condições em que a mesma palavra se dirige, e das condições em que a mesma palavra é ouvida. Deve falar dos mistérios cristãos de maneira tal que chegue a uma inteligência profunda do que eles são em si e do que são para nós.

135. 4) No ensino das várias disciplinas teológicas, tenham-se constantemente presentes as directrizes indicadas especialmente na terceira parte deste documento (da qual algumas afirmações foram aqui propositadamente referidas e sublinhadas), por maneira a garantir aos estudantes, candidatos ou não às ordens sacras uma formação segura e completa.

CONCLUSÃO

A Sagrada Congregação para a Educação Católica confia estes documentos aos Rev.^{mos} Bispos e a todos os responsáveis pela formação teológica dos candidatos ao sacerdócio para lhes prestar um serviço em ordem às graves funções formativas que devem desempenhar nas circunstâncias actuais. Procurou-se pôr em evidência a verdadeira natureza e a missão específica do ensino teológico — colocando-o nas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II e pelos sucessivos documentos do Sumo Pontífice e da Santa Sé — a fim de garantir aos futuros «mestres da fé» uma formação doutrinal à altura dos nossos tempos. Assim eles poderão «cognoscere quod agunt et imitari quod tractant».

Fazem-se votos para que a assimilação da palavra de Deus e do seu valor salvífico se traduza neles numa vida que lhe seja conforme, alimentando uma autêntica espiritualidade sacerdotal, que ponha a verdade em sintonia com as exigências da caridade pastoral, orientada a transmitir a fé da Igreja.

Roma, do Palácio das S. Congregações, 22 de Fevereiro, na festa da Cadeira de S. Pedro, de 1976.

GABRIEL M. Card. GARRONE
Secretário
† J. SCHROFFER

Arcebispo tit. de Voltorno
Prefeito